

CAMPUS

Universidade de Brasília (UnB)
Departamento de Comunicação
Nº 21 - junho de 1978.

O JORNALISMO POLÍTICO

A política:
a opinião
de seus
analistas



Quem entende de política em Brasília?

Câmara: Onde Trabalham

OS

Jornalistas Cordiais

Apesar da diversidade de estilo, enfoque, e até mesmo da importância atribuída a cada jornal, os trabalhos no Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados se realizam em um clima de cordialidade e cooperação entre os repórteres. O «furo jornalístico», nome com que é conhecida a notícia exclusiva de algum fato importante, não é comum entre os que cobrem aquela área.

O press-release, notícia redigida por assessoria de imprensa ou outro mediador semelhante, não existe na Câmara. Segundo vários jornalistas consultados «a matéria-prima de trabalho é o que diz o parlamentar, o que fica registrado no Diário do Congresso Nacional, ou o que dizem os deputados em seus gabinetes, quando solicitados pela própria imprensa, ou nos trabalhos das diversas Comissões. O press release, então, passa a ser característica do Executivo, e um recurso não utilizado no Congresso».

Embora seja esta a opinião dos jornalistas, vários deputados comparecem regularmente ao Comitê de Imprensa da Câmara, levando cópias de pronunciamentos ou de projetos apresentados no plenário, ou mesmo relatórios dos trabalhos nas Comissões. Alguns deputados chegam a pedir, com certa insistência, que seja noticiado o conteúdo das «cópias» distribuídas, e comentam com os jornalistas da importância daquela informação.

Na cobertura política, pelas próprias características da capital, está concentrado maior número de repórteres. São jornalistas de formação diferente. Muitos estão iniciando carreira, e alguns, trabalham há bastante tempo, «desde o Rio de Janeiro», junto aquela Casa do Congresso Nacional. No Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados, 71 jornalistas estão credenciados, e 32 esperam credenciamento, para atender a cerca de 40 empresas jornalísticas, incluindo sucursais, que operam regularmente em Brasília.

Ao contrário do que seria procedimento natural, o setorista não é credenciado pelo jornal. O jornal interessado envia requerimento ao Comitê, que credencia o jornalista

naquele Setor. Presidido atualmente pelo jornalista Sílvio Leite Campos, do *Correio Braziliense*, o Comitê de Imprensa da Câmara dos Deputados é "o órgão representativo dos jornalistas profissionais", ali setorizados. O credenciamento é autorizado pelo Comitê para evitar que pessoas estranhas à profissão, usando de jornais muitas vezes desconhecidos, tenham acesso não autorizado aos diversos setores da Câmara dos Deputados. O Comitê de Imprensa da Câmara objetiva também oferecer condições satisfatórias de trabalho aos jornalistas credenciados, que têm direito a assistência médico-hospitalar completa e gratuita, e à utilização dos ônibus escolares da Câmara pelos filhos dos jornalistas, que podem, também, frequentar o Clube do Congresso.

Leda Lora, jornalista do Estado de São Paulo, falando sobre o entrosamento entre os jornalistas que cobrem a Câmara dos Deputados informou que a existência de "panelinhas" no Comitê não é decorrente de preferências entre colegas, mas uma circunstância natural do trabalho dos repórteres em diferentes áreas: no plenário, nas comissões ou nos bastidores. «É natural, que pelo próprio ritmo de trabalho, os repórteres caminhem juntos».

A formação de cada repórter é diferente. Muitos cursaram Direito, ou Economia, e os mais novos, em geral, cursaram Jornalismo. No entanto, existem alguns traços básicos para o melhor cumprimento das tarefas específicas à área. Segundo Rubem de Azevedo Lima, da Folha de São Paulo, «é importante a formação universitária específica. O jornalista político precisa gostar do dia-a-dia da política e se interessar por todos os setores relacionados à política, acompanhar o noticiário geral e os fatos ocorridos em outros campos». Quanto ao envolvimento «emocional», ou mesmo ideológico com a fonte, Rubem Azevedo Lima acredita que não existe isenção absoluta, mas a equidistância é uma obrigação, e depende, muitas vezes, do posicionamento e da independência do jornal, com relação à fonte.

Planalto: Gratificante e Intenso

Mesmo já passado o tempo em que Presidentes da República, como Juscelino Kubitschek, eram cumprimentados por jornalistas com tapinhas nas costas, fazer a cobertura do Palácio do Planalto, continua sendo para a maioria dos que ali trabalham, uma atividade gratificante. Para outros, senão gratificante, pelo menos intensa.

Saber sobre o que escrever talvez seja a parte mais difícil da tarefa. " São toneladas de decretos, mensagens, exposições de motivos, congratulações, sanções, divulgadas diariamente. E temos que passar uma leitura por tudo para saber o que merece ser veiculado", diz Maria Angélica Borges de Souza, que cobriu o Planalto para a *Rádio Jornal do Brasil*, durante o período Médici. Hoje, Angélica, secretária de redação do jornal *O Globo*, continua credenciada no Planalto e lá aparece para coberturas esporádicas.

Na época de Médici, ao contrário de hoje, o *briefing* entre jornalistas e assessor de imprensa não estava instituído. Com o começo da Anglica reconheço que o tempo foi um pouco desperdiçado, porque aqueles que queriam exercer realmente o jornalismo não eram raríssimos. Para conseguir alguma coisa de maior peso, os jornalistas faziam um esforço comum. Em consequência disso, as matérias especiais, os furos de reportagem raramente aconteciam. Isso fica mais compreensível, se for lembrado que, pelo menos no início da gestão Médici, os censores eram vistos, frequentemente, em peregrinações pelas redações dos jornais, quando não acontecia a censura pelo telefone. Os jornais eram avisados sobre o que não deviam publicar.

Conta Agêlica, que durante a última viagem oficial feita por Médici como Presidente, ao Amazonas, os jornalistas que o acompanhavam ficaram sabendo de um furo: o general João Baptista Figueiredo e o ministro Reis Velloso participariam do futuro Governo Geisel. A informação foi transmitida pelos jornalistas, em segredo, para Brasília. Só que "por engano", ela não chegou às redações dos jornais, mas ao Departamento de Polícia Federal. Novamente transmitida, a notícia só pôde ser publicada parcialmente. O general Figueiredo não gostou da maneira como se passou os acontecimentos, e manifestou seu desagrado aos jornalistas.

FONTES

Para se conseguir informações no Planalto, realmente dignas de registro, além das oficiais, veiculadas pela

Assessoria de Imprensa, é preciso cultivar relacionamentos. E se colocar sempre numa posição de permanente escuta quanto às fontes. Quem diz isso é Merval Pereira Filho, hoje Chefe de Redação de *O Globo*, que cobriu o Planalto de 1974 até o final do ano passado.

Merval conhece também, a existência de fontes ótimas de papo, como o Humberto Barreto, de quem é amigo pessoal até hoje. No tempo que Barreto assessora-a o presidente Geisel, o *briefing* não havia ainda sido instituído. Só o foi com o então coronel José Toledo de Camargo, que viria substituí-lo. Sem o *briefing*, hoje praxe no Planalto, o que aconteciam eram intermináveis conversas dos jornalistas, alguns é claro, com o assessor presidencial. Estas conversas, segundo Merval, frequentemente acabavam regadas a uísque na casa de Barreto. E delas saíam importantes matérias, assinadas ou não.

E também opinião de Merval, que a importância do jornal a que pertence o profissional, facilita as coisas. "O Barreto por exemplo, tinha interesse em divulgar certas notícias, pelo "Globo". Outras grandes notícias nesse tempo no Planalto, eram o general Hugo Abreu, e Oswaldo Quinsan, secretário de Humberto Barreto, hoje na Petrobrás. A principal queixa dos jornalistas dessa época e também dos de hoje, refere-se ao forte esquema de segurança que protege os homens do Planalto. No final do ano passado por exemplo, foi proibido o acesso de jornalistas ao andar do general Figueiredo, chefe do SNI, que ainda não era o candidato oficial à Presidência da República. Outras instalações indecessíveis à imprensa, são as ocupadas pelo chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva. Ele simplesmente não recebe ninguém, até hoje.

Atualmente, as fontes mais cultivadas, além do assessor de imprensa, são Heitor Ferreira de Aquino, secretário do presidente Geisel, e o general Danilo Venturini, assessor do provável futuro Presidente da República, general Figueiredo. Mas, todos os jornalistas que atuam ou já atuaram no Planalto, reconhecem que o lugar de trabalho da imprensa é qualquer um. E se remetem a um passado mais ou menos próximo, Natal de 1976, quando convidados para um jantar em casa de Humberto Barreto, tiveram oportunidade de conversar a noite inteira com o presidente Geisel. E mesmo tendo, o Presidente se mostrado na intimidade, do mesmo jeito que todos nós o conhecemos pela televisão, sério e sempre categorico, os jornais do dia seguinte amanheceram, quase todos, com páginas inteiras de opiniões presidenciais.

CAMPUS

**JORNAL-LABORATÓRIO UNIVERSIDADE
DE BRASÍLIA (UnB) DEPARTAMENTO**

DE COMUNICAÇÃO Nº. 21

JUNHO DE 1978

Publicação mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas «Técnicas de Jornal e Periódico I», «Edição Jornalística» e «Paginação de Comunicação, Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário, Asa Norte. 70.000 Brasília, DF.

Jornalista diz que são Poucos os Parlamentares que fazem Política

"São poucos os senadores que têm expressão ou que exercem maior influência dentro do cenário nacional. Apenas dez ou quinze parlamentares fazem política, os outros estão muito esvaziados. Infelizmente o jornalismo político acompanha essa realidade". Estas são algumas das opiniões de Manoel Vilela de Magalhães, professor do departamento de Comunicação da Universidade de Brasília e jornalista de O Estado de S. Paulo, responsável há cinco anos pela cobertura jornalística do plenário do Senado Federal.

"Entrevistando Petrônio Portella, Paulo Brossard, Roberto Saturnino, Magalhães Pinto, José Sarney, Teotônio Vilela, Marcos Freire e mais uns três ou quatro, dá pra fazer uma cobertura razoável do Senado", afirmou Hélio Doule, repórter da revista semanal Veja.

"Os senadores mais procurados são Paulo Brossard, Marcos Freire, Roberto Saturnino, Virgílio Távora, Eurico Rezende, Jarbas Passarinho, Gilvan Rocha, Magalhães Pinto", segundo Wilson Miranda, do Jornal de Brasília.

Acrescentando-se a essas listas Franco Montoro, Daniel Krieger, Leite Chaves e Oto Lehmann completa-se a lista de dez ou 15 senadores que fazem política. Na opinião dos profissionais, uma característica do próprio regime que não dá espaço para o Poder Legislativo trabalhar. As decisões são tomadas pelo Executivo e efetuadas sem muita participação do Legislativo.

"A iniciativa do político é muito pequena. Há necessidade de se procurar meios que obriguem o surgimento de figuras mais expressivas e novas, que externem suas opiniões", explica Rubem de Azevedo Lima, coordenador da Editoria de Política em Brasília, do jornal Folha de S. Paulo.

E como fica o trabalho do jornalista, num meio tão limitado? Para Armando Rollemberg, do Jornal de Brasília, "a reportagem política está limitada à falta de garantias para a liberdade de expressão. A insegurança gerou no meio político uma certa distorção: os políticos falam em off e os repórteres aguardam as posições oficiais para fazer as matérias".

"O off é a maior praga do jornalismo político, definiu Antonio Carlos Scartezini, da Folha, e explicou: "as fontes manipularam as informações e só dão vazão aquilo que lhes interessa".

"A imprensa é acusada de ser oposicionista", disse Vilela, "mas não é verdade. Ocorre que só se publica aquilo que é novidade, os fatos corriqueiros não têm destaque". Isso se deve, segundo ele à forma pela qual são editadas as matérias nos grandes jornais, os de circulação nacional. Publicam-se muito mais matérias de cunho político ou de caráter nacional. Apenas em situações de crise as notícias mais específicas ou regionais merecem tratamento especial.

Para obter o maior número possível de informações políticas, esses grandes jornais (O Globo, Jornal do Brasil, Estado de S. Paulo, Folha e os dois de Brasília, Jornal de Brasília e Correio Braziliense) fazem uma divisão interna dos repórteres: um para cobertura de plenário, outro para as comissões (no Senado existem 16 comissões permanentes e quando algum assunto vai ser debatido pelas duas casas do Congresso Nacional, forma-se uma comissão mista) e mais um ou dois para a área de política propriamente dita, ou seja, a ação dos políticos fora do plenário e das comissões, as suas transações do dia-a-dia. Esta é considerada por Scartezini a mais importante.

Alguns jornais mandam para o repórter uma 'pauta', em que podem assuntos específicos. Mas normalmente os repórteres da área política não se prendem às pautas dos jornais, uma vez que é difícil prever um acontecimento no Congresso. Um fato comum é a repercussão de determinadas declarações: um político diz alguma coisa e o jornal pede que os repórteres ouçam outros políticos, para saber o que eles acham. Vilela acha essa "repercussão" fabricada muito ruim porque o senador nem sempre pensa o que diz. Com isso o jornalismo se adianta, mas não é bom".

"A Folha não usa pauta, que é ultra-castrativa", disse Rubem Lima. O esquema usado por ele, na coordenação da área política, é a discussão diária com todos os repórteres de política, para definir os assuntos mais importantes do dia. A iniciativa tem dado certo, pelo menos não destoa muito dos outros jornais.

Já no plenário as coisas são diferentes, os jornalistas são obrigados a fazer matéria de todos os discursos, mesmo os mais desprovidos de significado para o cenário nacional.

Os jornalistas que participam da cobertura do Senado gostam do que fazem, mas os responsáveis pela

cobertura do plenário reclamam um pouco, acham que é um trabalho duro — "de estiva, braçal" diz Osvaldo Morgado, setorista de O Globo — apesar de dar uma "ampla visão do cenário nacional". Ao mesmo tempo, essa cobertura provoca "uma frustração profissional, porque, a não ser em épocas de crise, nem todos os trabalhos são aproveitados e o jornalista gostaria de ver publicado tudo o que faz. Mas não é o que acontece".

Wilson Miranda, do Jornal de Brasília, também setorista, diz que da maneira como é feita a cobertura do plenário, o trabalho "bitola o jornalista em termos de texto e mesmo de visão dos fatos. A matéria fica sem corpo, sem personalidade". Segundo ele, poderia ser feito um outro tipo de trabalho se o jornalista pudesse se dedicar a um discurso, considerado por ele o mais importante do dia, sem a preocupação de noticiar tudo o que os colegas noticiassem. Com isso ele acredita que poderia ser oferecido um texto melhor ao leitor.

Na cobertura do senador não existe a preocupação do "furo" porque quando um parlamentar vai dar alguma notícia, há muito interesse em que ela seja amplamente divulgada, e reúne todos os jornalistas. Desses, não há o "melhor" setorista porque, como explicou Miranda, todos procuram fazer o melhor que podem, de acordo com a sua capacidade".

O clima de trabalho segundo os entrevistados, é bom e cordial, apesar das "panelinhas" os pequenos grupos

formados através de vários critérios, entre eles, tempo de cobertura do Congresso e região do jornal em que trabalham os jornalistas, além da discriminação contra as mulheres. Mas, como disse Rubem de Azevedo Lima, as "panelinhas" "diminuíram muito", já foram maiores.

Mas nem só de jornalismo vivem alguns dos que cobrem Senado Federal: cerca de seis deles prestam serviços — remunerados, claro — a alguns parlamentares, em função de um relacionamento pessoal bom. Outra meia dúzia é funcionária do Congresso, pertence ao quadro de funcionários, além das atividades do jornal. E há também um pequeno grupo de assessores dos parlamentares, os que prepararam os discursos dos deputados e senadores do Congresso Nacional.

Independente dessas atividades, qual seria a formação ideal para um jornalista de área política "Uma boa base em História. Além disso, explicam os repórteres, deve existir na pessoa o gosto e o interesse pelo assunto. Com esses fatores, a maioria deles acha que se pode formar um bom profissional.

E eles concordam que um curso de Direito ou Ciências Políticas poderia auxiliar um curso de Comunicação e não substituí-lo. "Mas", disse Hélio Doyle, "um curso como esse da UnB não seria ajudado em nada. Prova disso é mandarem os alunos fazerem esse tipo de pergunta".

Comitê: Tentando Ampliar o Mercado

Da cobertura jornalística do Senado federal podem participar todos os jornalistas que quiserem. Mas só podem assistir aos debates do plenário os jornalistas credenciados no Comitê de Imprensa do Senado ou da Câmara dos Deputados. E os critérios para conseguir credenciamento são claros: cada órgão de imprensa com sede ou representação formal em Brasília pode credenciar apenas dois jornalistas.

De acordo com João Emilio Falcão, presidente do Comitê de Imprensa do Senado, jornalista da Folha de S. Paulo e do Jornal do Brasil a exigência quanto à sede ou representação formal em Brasília se deve à tentativa de expansão do mercado de trabalho.

O comitê de imprensa do Senado tem, atualmente, 44 jornalistas credenciados, de aproximadamente vinte jornais de todo o Brasil. A obtenção do credenciamento é fácil: o jornalista precisa ter registro profissional, ser sindicalizado e levar uma carta do órgão em que trabalha, apresentando-o. Não existe qualquer outra dificuldade.

O comitê tem uma diretoria eleita a cada dois anos, através de voto direto e secreto, como Falcão explicou. As eleições se realizam junto com a mudança de Mesa.

Em março de 79 haverá novas eleições, em que Falcão espera inscrição de pelo menos duas chapas.

De acordo com seu presidente, "a atual diretoria tem se empenhado em fazer do comitê um órgão que participe ativamente da vida política do país". Nessa tentativa, o comitê promoveu no ano passado um seminário sobre jornalismo político. Para agosto deste ano está programado um seminário sobre tema a escolher. As opções são reformas políticas ou igreja. Em setembro haverá um seminário sobre a atuação da imprensa na Independência.

Criado para disciplinar o credenciamento, o comitê oferece aos jornalistas serviço de assistência médica, material de trabalho, lanche, serviço de alto-falante e o Senado se encarrega de distribuir as notas taquigráficas dos discursos dos parlamentares.

Além disso, existe uma lista de que pode constar o nome de todos os jornalistas, para viagens internacionais, acompanhando os senadores. Nessas viagens vão, normalmente, um jornalista do Senado e um da câmara. O representante do comitê vai como assessor de imprensa e deve mandar matérias para serem distribuídas para todos os jornais.

JUNHO DE 1978

Salomon Cytrynowicz



Elas

Falam

por

Si

Sonja Maria Rego



Milton Guran



Luis Humberto



ARENA

PARCIALIDADE

Pela Arena, o deputado Prisco Viana, 1º Secretário da Comissão Executiva Nacional, admite que hoje o jornalismo político é o setor mais nobre da imprensa, podendo prestar um valioso serviço ou também, de serviço ao interesse geral, que é o de alcançar a normalização da vida política e institucional do país. Para o deputado Nelson Marchezan, Secretário-Geral do partido, os jornalistas políticos têm contribuído muito para o perfeito relacionamento entre a imprensa e a política e, em função disso, têm conseguido transmitir à opinião pública a essência dos problemas que estamos enfrentando.

Na cobertura política, uma das questões mais polêmicas é a da parcialidade, que em geral é atribuída aos jornais, embora algumas vezes os políticos achem que isso acontece quando o jornalista se deixa influenciar por suas posições políticas pessoais. Djalma Bessa, 1º Secretário da Câmara, julga que a posição pessoal de alguns jornalistas influi no seu trabalho, de modo que eles destacam não só os políticos, como as notícias que se ajustam à sua tendência. Neste assunto, o senador Jarbas Passarinho, presidente da Comissão de Minas e Energia, prefere fazer uma advertência: qualquer que seja a sua posição, ele deve ter o cuidado de ao escrever transferindo suas idéias, que elas não sejam o centro da matéria.

INFORMAÇÃO EXCLUSIVA

QUEM RECEBE?

Os parlamentares têm suas preferências, principalmente quando se trata de dar uma informação com exclusividade e, aí, entram como fatores determinantes da escolha a atração pelos grandes jornais e as ligações pessoais com os jornalistas. Os jornais brasileiros, mesmo dedicando grandes espaços à política, não são escolhidos porque têm tiragens pequenas e pouca circulação. No Rio e em São Paulo, dizem os políticos, os jornais são publicados por empresas mais fortes e têm circulação nacional; por isso, a maioria se atém a eles, que asseguram a repercussão nacional da notícia.

Prisco Viana diz que certas informações têm que ser revestidas de cautela e por isso, é preciso confiar em quem vai recebê-las. Os créditos aos jornais e aos jornalistas são dados pelo seu compromisso com a verdade (Jarbas Passarinho), pela honestidade no relacionamento (Nelson Marchezan) e pela crítica mais suave (Djalma Bessa).

No dia-a-dia da reportagem política, o relacionamento já feito determina maiores facilidades de acesso à informação. Os jornalistas mais antigos na área política são privilegiados e, com frequência, chamados para conversas que envolvam mais análise. Quando se trata de informação em off, os iniciantes não têm mesmo vez. Os políticos os vêem com cautela, às vezes mesmo com desdém, diz o senador Passarinho. Mas, para o senador Heitor Dias, vice-líder da Arena, o tratamento é igual para qualquer um e exemplifica: "Eu não estou lhe atendendo?"

A JORNALISTA NO

CONGRESSO NACIONAL

Há cerca de um ano, houve no Congresso a CPI da mulher que concluiu que não havia problemas de discriminação. Os parlamentares acreditam que na cobertura da Câmara e do Senado, o tratamento dado aos jornalistas, de ambos os sexos, é igual. "Apenas se dispensa, evidentemente, uma maior consideração às mulheres, um tratamento mais respeitoso", acrescentou Heitor Dias. O senador Jarbas Passarinho ressalta que "infelizmente, não se encontra atualmente nenhuma mulher na crônica e que há raros exemplares na cobertura política, mas nós as tratamos da mesma forma, sendo que por delicadeza, elas são atendidas primeiro." Nelson Marchezan confirma essas declarações, mas vai um pouco mais além. "Na Câmara tudo é igual, com pequenas

dissensões de uns poucos, que talvez resistam conscientemente à mudança. Talvez a jornalista tenha algumas dificuldades iniciais, porque os jornalistas têm algumas liberdades a mais para entrevistar em qualquer lugar, num bar, se é que o político bebe, etc. A jornalista, muitas vezes, tem o receio de fazer isso, ou então é o político que tem dificuldade em ver o seu lado profissional e vê o seu sexo." E Djalma Bessa reduz a questão dizendo que elas, as jornalistas, apenas reivindicam o uso da calça comprida, e, ressalva "isso ainda não foi deliberado".

A IMPORTANCIA DOS JORNAIS

NA REALIDADE POLITICA

Heitor Dias afirma que os jornais influem na realidade política, e que essa influência é mensurável através de processos especiais, por isso mesmo, pode ser conhecida e, se a medida governamental não espelha essa realidade, há evidentemente um vazio, e Marchezan acredita que os jornais têm uma forma clássica de influir, formando uma opinião. "Se você colocar uma série de notícias nos jornais, acaba transformando um fato, ainda que não seja verdadeiro, em verdade", concluiu.

De modo geral, os políticos fazem críticas aos repórteres e à cobertura política e o fazem principalmente contra o interesse acentuado para o fenômeno político. Prisco Viana acha que às vezes este interesse faz com que outros assuntos, igualmente relevantes e importantes que são tratados no Congresso, não sejam levados ao conhecimento da opinião pública, como o trabalho das comissões, o mais importante do legislativo.

O deputado Marchezan procura assemelhar o trabalho de políticos e jornalistas, pois, segundo ele, para os jornalistas existe a necessidade de produzir a notícia rapidamente, que os leva a tocarem pra frente, fazendo com que a notícia perca, consequentemente em substância, em profundidade e em dimensão. Mas, diz ele, isso também acontece com os políticos. Nós e os jornalistas temos deficiências recíprocas a corrigir. As interpretações apressadas são tidas às vezes como má vontade e, em geral, a notícia dá a "suite" ao cronista. "Sobre o nada se constrói um edifício", afirmou Jarbas Passarinho, ressaltando que "deveria haver um compromisso com a verdade", embora admita que haja casos em que a fonte diz e depois desmente.

UM MODELO PARA A

ANALISE POLITICA

Com exceção do deputado Nelson Marchezan, que confessa nunca ter pensado mais profundamente na cobertura política, para os demais, ela ainda não é ideal e definem como deveria ser.

Prisco Viana — Seria aquela baseada menos na opinião e mais na notícia, porque para a opinião os jornais já têm as colunas e os editoriais. A cobertura política deveria se restringir ao noticiário do fato, tal como ele aconteceu.

Heitor Dias — Seria aquela que se limitasse à realidade dos fatos.

Jarbas Passarinho — Acredito que o ideal seja o modelo inglês, em que os jornais noticiam a verdade do fato. Há liberdade de imprensa, com responsabilidade.

Djalma Bessa — Não sei se a comparação tem qualquer sentido, tampouco estou expressando uma opinião pessoal de que eu tenha sido acusado, mas atente que a crônica esportiva desculpa determinados profissionais de futebol, quando não se encontram em boa forma. Entretanto, o político não é compreendido ao cometer lapsos, enganos ou erros....

O JORNALISMO NO CONGRESSO

UMA ESTREITA REL

E UM EMPREGO N

SÃO OS PF E-RE

QUE O JORNAL

CONSIGA FAZER UMA

A AMIZADE CREDIT

A CONFIANCA

E O GRANDI

GARANTE A REPERCU

QUEM DÁ A RECEIT

DA ARENA

FUNDAMENTADOS NO

COM OS JORNA

COBREM O C



MO POLÍTICO SO NACIONAL

LAÇÃO DE AMIZADE
UM BOM JORNAL
QUISITOS PARA
ISTA POLÍTICO
A BOA COBERTURA.
TA AO JORNALISTA
A DA FONTE
E JORNAL,
USSÃO DA NOTÍCIA.
A SÃO POLÍTICOS
E DO MDB,
O CONVÍVIO DIÁRIO
ALISTAS QUE
ONGRESSO

MDB

Para Paulo Brossard, líder do MDB no Senado, não há jornalismo político e sim jornalistas políticos. "Acho que é uma necessidade social de primeiríssima ordem. Aliás, na medida em que existem no jornalismo, políticos, se poderá dizer que existe uma boa ou má política, que se reflete na existência de jornais com essas características." "Não obstante as limitações da imprensa cotidiana vem desempenhando um grande papel na recuperação democrática. Este papel se ampliou a partir do instante em que o Governo permitiu maior desenvoltura informativa e opinativa, com as restrições conhecidas." Diz o vice-líder, deputado Israel Novaes que vai mais além ao salientar a atuação da imprensa política alternativa, por força de seus descompromissos. O deputado Aloísio Paraguassu, também lembra as dificuldades que o jornalista político tem que enfrentar e afirma que o grande mérito está no fato de que apesar de tudo que impede, eles têm conseguido dar recado a opinião pública, seja através de palavras, ou de fatos, que na impossibilidade do texto, são feitas de forma a esclarecer, dizer tudo.

maiores privilégios, como a confiança. E evidente, diz Brossard, se uma pessoa chega aqui na minha frente pela primeira vez eu não posso ter confiança, porque a confiança nasce do convívio, de experiência. Feita esta ressalva, não tenho nenhum preconceito distingo apenas o jornalista como bom ou mau, seja ele iniciante ou não. Leite Chaves, afirma que o jornalista iniciante é visto com simpatia, e compara suas dificuldades as de outras profissões, no início. As dificuldades que possam surgir levam o iniciante, muitas vezes, a se destacar dos antigos, pois se lançam ao trabalho com mais afinco. E certo, continua o senador, que às vezes dão «barrigas» danadas, mas isto faz parte do «metier», finaliza. Usando de mais sinceridade, Israel Novaes deixa clara a posição dos políticos em relação ao jornalista iniciante ao dizer que este é visto com uma postura vagamente paternal. Segundo ele, o político o trata dessa maneira na esperança de que mais tarde, ele, adulto, lhe retribua.

O COMPORTAMENTO DA IMPRENSA

Frequentemente taxada de parcial, a imprensa brasileira tem nos políticos do MDB grandes defensores. O senador Leite Chaves, afirma que a grande maioria da imprensa seria do país, procura manter uma equidistância, uma seriedade, a despeito de muitos pensarem que são mais simpáticas a oposição, não atentando para o fato, de que elas estão defendendo também a posição delas próprias, decorrente de compromissos seus, de sua tentativa de ser livre. Israel Novaes completa o pensamento de Leite Chaves, acrescentando que a parcialidade decorre do próprio regime capitalista ou neo-capitalista vigente, é o resultado das suas contradições. Acredito que a jovem imprensa brasileira possa exibir melhor uma parcialidade, que se diria salutar, pois tende a refletir reivindicações populares, sem os condicionamentos publicitários e classistas.

OS JORNAIS DE BRASÍLIA

Apesar do senador Leite Chaves, afirmar que os jornais brasileiros tenham grande influência dentro do Congresso, por serem os primeiros a serem lidos e atribuir a eles maior impacto no seio do Governo, Paulo Brossard considera-os medíocres. Segundo ele, os jornais do Rio e de São Paulo são melhores, mais completos, mais bem feitos que os do Rio Grande do Sul, que ainda são melhores que os de Brasília. Aloísio Paraguassu atribui a eles apenas a facilidade de acesso as fontes de informação, aqui no Distrito Federal. O certo é que, apesar das críticas e elogios, raramente os parlamentares recorrem aos jornais locais, quando têm um furo a dar. Todos procuram os de circulação nacional, de grande tiragem, e de preferência aos de seus estados, através dos jornalistas aos quais estão mais ligados.

NOTÍCIA EM PRIMEIRA MÃO

Além dos laços de amizade o jornalista ou o jornal são escolhidos para o furo de acordo com seu grau de crédito junto ao político. Brossard resume: seriedade pessoal do jornalista e do jornal, e isenção são os elementos que dão crédito ao profissional e a imprensa. Mais extenso em suas considerações, o senador Franco Montoro, consegue englobar o pensamento de seus correligionários ao dizer que a objetividade e a honestidade da notícia, decorrente da fidelidade dos fatos, empresta ao jornal que a publica e ao jornalista que a escreve, um bom crédito, mesmo quando o jornalista estabelece seu ponto de vista, pois o comentário ou a crítica não perdem em validade quando o autor respeita a verdade. O conhecimento do trabalho de jornalistas mais experientes faz com que o político reserve a estes

O TRABALHO DA MULHER

NO JORNALISMO POLÍTICO

A participação cada vez maior da mulher no jornalismo é vista com bons olhos pelos políticos que são unânimes em afirmar, a relação de igualdade entre elas e os homens, apesar de usarem palavras que deixam bem claro seus privilégios e a discriminação. "Nós sempre temos no Brasil, um país subdesenvolvido, áreas de discriminação", diz Aloísio Paraguassu, "mas aqui, pelo contrário, a mulher leva muita vantagem, por ser em menor número, o tratamento é afetivo, como irmã. Leite Chaves, confirma este tratamento fraternal ao afirmar que "temos no Congresso muitas jornalistas bonitas, casadas e solteiras, e é de se admirar o respeito e a estima de que elas gozam. Ontem mesmo eu estava no Senado e haviam duas delas, muito bonitas, muito simpáticas, muito agradáveis, exercendo a profissão com tanto esforço e dedicação..." e segue tecendo comentários elogiosos as jornalistas. Menos fraternais e mais críticos, Franco Montoro e Israel Novaes, ressaltam sua capacidade e dedicação ao trabalho, sendo que, este último lembra que "talvez pelo pouco tempo de caserna, elas não tenham ganho ainda as quatro estrelas do colunismo efetivo. Mas chegarão lá, como se vê nos grandes centros internacionais."

O JORNALISMO POLÍTICO

A OPINIÃO PÚBLICA

De maneira geral, o jornalista político é visto com respeito por parte dos políticos, pois representa para eles a própria síntese da opinião pública. Nós o vemos como um fiscal e um árbitro, diz Israel Novaes. O posicionamento político, acrescenta Leite Chaves, torna-se às vezes inseparável do jornalista. Porém, raramente há casos de deturpação por identificação ideológica, há sim, o interesse em destacar o fato que mais o interessa. A maior parte dos jornalistas está preparada para dar o fato, a notícia, sem nele intervir, isso só acontece, afirma Aloísio Paraguassu, nas colunas, onde é claro o jornalista tem que colocar sua posição. Com este tipo de atitude o jornalista transforma o jornal em instrumento de grande influência na realidade política nacional. Israel Novaes, ao definir esta influência chega ao ponto de mencionar o candidato do Governo à Presidência. "Discordo do general Figueiredo quando diz que a opinião pública brasileira é forjada e modelada pela imprensa, por inexistir. A imprensa, a meu ver, influencia e orienta, mas não inventa. De todo jeito, um regime se mede pelo grau de liberdade que concede à imprensa. O país é livre se tiver uma imprensa livre e na medida dessa liberdade."

Apesar de criticarem a preocupação com o sensacionalismo, a fixação em torno de dois ou três opinadores por parte dos jornalistas e reivindicarem maior atenção para as CPIs, os parlamentares não souberam definir o que seria, para eles, uma cobertura política ideal. Apenas um, Israel Novaes, sugere o equilíbrio, consciência, minuciosidade, isenção, discernimento e bom estilo. Enquanto Aloísio Paraguassu pretende deixar ao profissional a escolha, já que "é ele o único que sabe o que é notícia, o que interessa para a formação da opinião pública." Finaliza dizendo: "Se os jornalistas fizerem tudo o que os políticos querem, os jornais brasileiros viravam Diário Oficial."



Era uma vez um radialista chamado Mário Garófalo, que entre outras tantas coisas, foi também o responsável pelo maior anúncio de Rádio já feito no Brasil — talvez o mais curioso de todos eles — veiculado pela Rádio Guanabara do Rio de Janeiro, em 1951. Segundo Garófalo, 3 horas antes de seu amigo Getúlio Vargas tomar posse, e uma posse muito noticiada já que ele representava um ditador que voltava ao poder pelo voto popular, o novo presidente do Brasil concedeu uma entrevista coletiva à Imprensa a que Garófalo, como repórter, logicamente compareceu. Em determinado momento, dirigiu-se a Getúlio, o gravador ligado — «um dos primeiros gravadores de fita de papel?» — dizendo ao Presidente que ia fazer-lhe uma pergunta de «interesse nitidamente popular». E perguntou: «Presidente, as Casas Gebara, no intuito de colaborar com o programa traçado por V. Exa. para o barateamento do custo de vida, resolveu vender todo o seu magnífico estoque pela metade dos preços. Que acha V. Exa?» — Comentários pela sala de «tira o Garófalo daí», «Presidente, não responda essa pergunta»: — Getúlio disse: «Quem é?» E Garófalo repetiu sua pergunta. Finalmente, Getúlio respondeu, solene: «Acho excelente e só merece louvores essa... essa excelente medida».

E o comercial foi gravado: um jingle, a entrevista com o presidente e um locutor informando sobre os diversos endereços das Casas Gebara, que nunca venderam tantos metros de fazenda como durante os 3 meses de veiculação do comercial.

Hoje, esquecido em Brasília, Mário Garófalo, 58 anos, 30 de radiojornalismo, acorda às 6 horas da manhã, «quando toca o sino no Seminário do Lago Sul», toma café e vai cuidar do seu jardim, das suas plantas. Às 7:30 começa a irradiar o programa «Cidade Aberta», de sua própria casa, pela Rádio Alvorada.

E foi assim, na simplicidade do que ele chama de seu «barraco» à beira do lago, entre samambaias e bananeiras, que Mário Garófalo, o homem que era amigo de Getúlio Vargas, falou quase duas horas sobre Rádio e Jornalismo, o de ontem e o de hoje, contando histórias daquelas que só os mais antigos do Rádio no Brasil têm para contar.

«Meu pai queria que eu estudasse para ser Padre — falou Garófalo. Ai, quando faltavam seis meses para o noviciado, o diretor do colégio salesiano de Pernambuco chegou para o meu pai e disse: «Ele não dá pra ser padre não, porque não sabe se humilhar, só sabe lutar». E foi lutando, aos dezoito anos de idade, que Garófalo sozinhou, a família na Itália — inclusive uma irmã índia, adotiva — sem emprego, «bebendo água e apertando o cinto», teve sua primeira oportunidade como revisor, no antigo Correio da Noite do Rio de Janeiro.

Segundo Garófalo, por essa época — 1946/47 — chegava do Chile o presidente Videla para uma visita ao Brasil. Como o horário de todos os repórteres do jornal estava tomado, resolveram mandar Garófalo e o fotógrafo Dino Gonçalves, os dois «focas», para cobrirem a chegada do presidente, às 9 horas, no Galeão. Onde só se chegava de lancha, porque ainda não havia a ponte. Os jornais de edição vespertina, inclusive o Correio da Noite, onde ele trabalhava, fechavam a uma hora da tarde, hora em que o presidente desembarcaria no pier de Praça Mauá, vindo do Galeão. Dessa maneira, Garófalo explicou que os vespertinos não teriam tempo suficiente para fazer nenhuma boa reportagem sobre o assunto. Quando o presidente Videla desceu do avião, passando em revista as tropas, era praticamente impossível chegar até ele para alguma declaração. Mas Garófalo correu para perto do último soldado das tropas, conseguindo ficar a sós com Videla. Este fez uma saudação ao povo brasileiro que valeu a Garófalo um «furo» em todos os jornais vespertinos do Rio de Janeiro e uma promoção a repórter.

Sem a mínima cerimônia, o radialista Mário Garófalo ocupou recentemente alguns minutos dos ouvintes da Rádio Alvorada de Brasília para transmitir um café da manhã diretamente da casa do senador Petrônio Portella. Naquele mesmo dia, o senador iria ao Palácio do Planalto, supostamente, para levar o texto das reformas políticas ao general João Baptista Figueiredo.

Eram mais ou menos 8 horas quando Garófalo «pediu um pouco mais de açúcar» ao senador Portella. E respondeu o parlamentar: «Pois não, Garófalo». Tilintar de xícaras, barulho do chá caindo, da colher mexendo o líquido (plin, plin, plin). O regime de Petrônio Portella só lhe permite chá pela manhã.

No meio do desjejum, começou o repórter a perguntar-lhe sobre política. O senador respondia com cream-crakers: «Eu (croc), ainda não tenho (croc) um projeto de reformas estruturado (croc)». Ga-

Trinta Anos de Rádio, de Getúlio a Geisel

Era uma vez
um radialista chamado Mário Garófalo,

que, entre outras coisas,
foi também o responsável

pelo maior anúncio de rádio
já feito no Brasil

— talvez o mais curioso de todos eles —
veiculado pela Rádio Guanabara

do Rio de Janeiro,
em 1951.

Do Correio da Noite, Garófalo foi para a Emissora Continental que, com ele, inaugurou uma nova fase: «falar do local do acontecimento, a emissão de tudo a qualquer instante e lugar». Como um dos pioneiros da radioreportagem no Brasil, ele relembra, emocionado, que o Rádio naquela época era muito mais humano, muito mais dinâmico, era uma grande família da qual o público participava ativamente. O advento da Televisão decretou a morte da radioreportagem e, segundo Garófalo, o que se vê hoje em dia são flashes de 1 ou 1/2 minuto sobre assuntos às vezes da mais alta importância, são repórteres chegando no final das solenidades, porque não há mais tanta preocupação de se gravar na hora e no ambiente onde estão acontecendo os fatos.

Garófalo sempre ri das próprias histórias. Um riso orgulhoso. Toma um gole de limonada e recomeça: «Naquele época era tudo diferente... naquela época se gritava no Rádio para transmitir mais animação e entusiasmo ao ouvinte. E eu acho que deve ser assim e é por isso que eu grito até hoje». — Faz uma pausa, a música clássica tocando na vitrola, e recomeça novamente: «E a censura, essa era pra valer, era pra ir preso. Hoje é só censurado e não sai». O repórter obser-

va também que o acesso às autoridades era muito mais fácil do que é hoje. Podia-se falar com elas a qualquer hora e lugar, apesar dos guarda-costas e de toda a polícia especial.

Em 1952, Garófalo passou para os Diários Associados, sendo contratado pelo maior salário da época para a função de repórter: 8 mil cruzeiros antigos. Segundo ele, trabalhar hoje em Rádio não compensa mais financeiramente. Um repórter de nível razoável está ganhando em média um salário mínimo por mês. Os salários foram baixando à medida que foi caindo a popularidade do veículo.

Foi para os Diários Associados que Garófalo cobriu o enterro de Francisco Alves. Quando o cortejo fúnebre estava para sair, a multidão acompanhando o féretro do cantor, em silêncio, do seu furgão todo equipado Garófalo soltou uma música do falecido. O seu companheiro Carlos Gaspar, reclamando que ele era maluco, que o povo ia achar aquilo uma falta de respeito... Mas o povo pediu «bis». E Garófalo finalizou a sua seleção musical com a «Valsa do Adeus», entre soluços e desmaios dos mais fanáticos.

Por essa época, Mário Garófalo também acompanhava cinegrafistas da Tv Tupi no Rio, «chegando atrasado em muitos acontecimentos, fazendo muita autoridade importante subir e descer outra vez a escada do avião, porque eu tinha perdido a descida». — diz ele. Ato que, a seu ver, era repetido com muito entusiasmo por essas autoridades só para aparecerem na televisão, que dava seus primeiros passos no Brasil. Para Garófalo, foi a Tv, unindo o som e a imagem, que modificou, a curto prazo, todo o esquema profundo e demorado do radiojornalismo da época, forçando uma reestruturação da programação radiofônica para música e informativos rápidos. O seu horário nobre também passou da noite para a manhã, e «trabalhar em Rádio nunca foi mais tão emocionante como naquela época». Segundo ele, aquela era uma época em que todo o mundo ouvia Rádio, em que o Amor à profissão era muito maior e em que, como tudo era mais difícil, aprendia-se muito mais. Daí sua observação de que os mais antigos serem os que sustentam o Rádio hoje, os novos apenas um ou outro se sobressaindo em funções mais importantes.

Pergunto a Mário Garófalo porque ele hoje não tem tantas histórias para contar. E sua resposta vem triste, vem de uma época em que o Rádio não faz mais estrelas, só a Televisão: «Ontem, eu andava na rua e todo mundo me parava para um autógrafo, me chamava pelo nome. Mas hoje ninguém me conhece». Mesmo cobrindo a Presidência da República para a Rádio Alvorada de Brasília, aquele que foi um dos fundadores da radioreportagem no Brasil é hoje uma pessoa esquecida no novo tempo dos meios de comunicação de massa.

Garófalo diz que, se fosse para começar de novo, faria tudo da mesma maneira. Apenas com uma ressalva: tentaria se aperfeiçoar mais em sua profissão. Foi autodidata em quase todas as coisas que aprendeu e não aconselha o mesmo aos que desejam ingressar na profissão. Segundo ele, os repórteres autodidatas, muitos deles eram grandes mas analfabetos, o que implicava em redatores terem que redigir suas matérias. Por esse motivo, foi um dos que se esforçaram para a criação de um curso de Comunicação no Brasil. «Mas hoje estou arrependido — diz ele. Hoje, jornalistas se fazem aos montes, sem vocação. No meu tempo, só quem era bom mesmo trabalhava. O chefe brigava com todo mundo. Era duro, só na base dos palavrões».

Finalizando, Garófalo manda um «recado» a todos os estudantes de Rádio e Jornalismo: «Ser fiel ao acontecimento, narrá-lo como efetivamente ocorreu, procurando não dar a sua própria interpretação. Porque embora a pessoa esteja certa em sua interpretação, outro que tenha outras idéias pode entendê-lo de outra maneira». Palavra de quem dedicou metade da vida ao radiojornalismo.

rófalo insistia, também com a boca carregada de biscoitos: «Mas senador, só uma palavrinha para os ouvintes da Rádio Alvorada». E Petrônio, sem saída, deu um golinho no seu chá e começou a elogiar Garófalo, à maneira como fazem os políticos quando querem fugir a perguntas: «Esse Garófalo é de morte (glup, glup) nada o segura, é um dos maiores radialistas que conheço (glup, glup)», meu amigo de mais de 20 anos...» Elogios pra cá, elogios pra lá, o tempo foi passando até que Garófalo, de barriga cheia deu um suspiro de satisfação: «ahhhh...» E falou: Senador, quando é que o senhor se encontrará com o presidente Geisel?». Uma xícara bateu com força num pires: bléin! Silêncio mortal. E Garófalo finalizou: «E daqui da casa do Senador Petrônio Portella acabamos de transmitir esse maravilhoso café da manhã, composto de chá, biscoitos e reformas políticas. Falou o seu criado Mário Garófalo».

Café com Reformas

Política na Universidade de Brasília Sinal de Mudança?

«Quando os homens, seres sociais por natureza, se associam para constituir sociedades políticas, são movidos por um dinamismo natural que os leva a buscar formas mais altas de auto-realização que, isolados, não poderiam atingir».

Esse pensamento manifestado pelo Professor Fernando D'Ávila, da PUC-RIO, em sua conferência sobre Moral e Política durante o Seminário de Filosofia promovido pela UnB, é certamente compartilhado por muita gente na Universidade de Brasília, que tem vivido intensamente com a realização de seminários, cursos, palestras, quase todas de caráter político.

Temas culturais e científicos foram trazidos para o meio universitário, através do enfoque de tópicos clássicos da Ciência Política. Sinais de mudança? Certamente, afirma o Professor Carlos Henrique Cardim, Decano de Extensão da UnB e responsável por todas essas promoções. Mas, a mudança a que se refere, é ligada principalmente à atividade de extensão propriamente dita, que somente há pouco começou a se desenvolver. Apesar de ser ainda embrionária em todo o país, começa a se tornar um complemento indispensável da própria finalidade acadêmica, diz ele.

Na Semana da Filosofia, organizado pelo Grupo de Filosofia do Instituto de Ciências Humanas da UnB, uma das conferências mais debatidas pelas 150 pessoas que participaram do encontro, foi a do professor Fernando D'Ávila, sobre Moral e Política.

Para ele, a moral política compreendia normas que orientam a Sociedade Política na realização de seu fim, que é criar condições de liberdade para que os homens possam realizar sua plenitude, alcançando formas mais altas de auto-realização, que, isolados, não poderiam atingir. Qualquer desvio dessa visão personalista da realidade política só pode levar, como já levou, "tragicamente, as formas mais execráveis de totalitarismo". Quando se preconizou a arte pela arte, a economia pela economia e, naturalmente, a política pela política, numa pseudolibertação, propiciou-se a emergência dos totalitarismos que levaram a humanidade as mais formidáveis crises da sua história. A partir daí, diz o professor Fernando D'Ávila, a política viu-se reduzida a arte de conquistar o poder. Desprendia-se de escrúpulos éticos para inspirar-se exclusivamente por critérios de eficácia. A política pela política tornava moralmente bons os atos políticos que permitissem o seu exercício.

A liberdade degrada-se em alijamento e este em demagogia, que é aceita como integrante respeitável da estratégia política e mal esconde o cinismo político. Além da demagogia, na alternativa de promessas e decepções, outra forma de acesso ao poder é a força. É difícil definir, segundo ele, o momento exato em que uma sociedade política desvia-se de

seu fim, tornando-se imoral. Entre os sinais de alarme, o mais gritante surge quando o heroísmo começa a ser exigido para a prática de simples virtudes cívicas, como a honestidade. "A imoralidade já corrompeu as próprias estruturas políticas e não depende mais da boa vontade dos titulares do poder, quando a realização das humildes aspirações humanas, quando a mesma garantia da sobrevivência depende do recurso a gestos que destroem no homem a consciência da própria dignidade, quando se torna cada vez mais difícil sobreviver sem o recurso à bajulação e à subserviência, ao roubo, ao peculato, à hipocrisia, ao cinismo e à fraude. "Completo", firmando que "seria escandaloso demais admitir que a política possa ser imoral".

Há, no entanto, um subterfúgio para não se aceitar a subordinação da justiça à moral, sem admitir com isso a imoralidade política. É a afirmação de que a política é amoral, premissa implícita da praxiologia moderna, que é ciência da racionalidade da decisão, que ensina o equacionamento dos problemas, formulação correta das alternativas, critérios para a opção final que explicita a decisão racional. A praxiologia é a moral da tecnocracia, uma substituição que levou a muitos riscos, como a expansão do consumismo gerada pela cultura tecnológica desenvolvida a tal ponto, que a dimensão e complexidade dos problemas criados ameaçam a própria vida no planeta.

O professor D'Ávila considera evidente que a complexidade dos problemas enfrentados hoje pela humanidade torna indispensável o recurso à ciência e à técnica. Cabe-lhes

No caso específico da UnB, afirma o Professor Cardim, a sua própria localização geográfica leva a funções universitárias decorrentes dos problemas nacionais. A vizinhança com o poder provoca um sério reflexo acadêmico. O resultado é o que vemos, o debate qualificado de grandes temas de nível acadêmico, com cursos que objetivam a discussão do poder na sociedade, englobando basicamente a possibilidade de se acompanhar o crescimento dinâmico do conhecimento e públicos não universitários para que eles se integrem e se mantenham a necessária atualização do conhecimento.

A Semana da Filosofia, que teve como tema central, Filosofia e Pensamento Político, realizada de 29/05 a 02/06, e o Curso de Introdução e Ciência Política, desenvolvido de 04/05 a 16/06, trouxeram a Brasília diversos cientistas e filósofos políticos, como os professores Tércio Ferraz, da USP, Cândido Mendes, Fernando D'Ávila, da PUC-RIO, Michel Debrun, da UNICAMP, além de Embaixadores e Ministros que vieram debater o governo de seus países e, também dos próprios professores da UnB, num total de quase 40 conferencistas.

fornecer alternativas para a solução adequada. Mas a opção entre as alternativas não é mais função da técnica. É uma função eminentemente política. Esse limite, no entanto, foi transposto. A tecnocracia é a emergência de um poder político de técnica, que surpreende o público com a irresponsabilidade, decisões de maior gravidade, para cuja elaboração não foram convocados seus representantes responsáveis, nem a opinião pública ou a comunidade universitária nacional.

Inaugura-se, assim, uma forma de alienação política, alienação das liberdades cívicas: o preço pago pela sofis-

ticação da solução dos problemas. Neste contexto, afirma o Padre D'Ávila aparece com mais clareza a distorção ética, da amoralidade política que conduz a imoralidade. "Apesar de todos os percalços em que tropeçou a penosa marcha da caravana humana, não tenho dúvida que a humanidade se aproxima de uma descoberta, capaz de garantir-lhe a continuidade do processo civilizatório".

"Não existe nenhum povo do mundo sem governo e sem autoridade. Mas, liberdade, só os povos mais desenvolvidos".

Não existe nenhum povo do mundo sem governo e sem autoridade. Mas, liberdade, só os povos mais desenvolvidos

A palestra do professor Nelson Gonçalves Gomes, da Universidade de Brasília, sobre Ideologia Política, partiu da explicação sobre a diferença entre ideologia e ciência.

A ciência é acessível a qualquer pessoa. É intersubjetiva, caracterizando-se por sua natureza social. A ideologia, ao contrário, é um corpo de doutrina voltado, não para o conhecimento, mas para a ação. Objetiva estabelecer, conservar ou mudar uma determinada ordem social. Baseia-se numa norma, que por

sua vez, tem subjacente um valor. Esse valor é o limite do diálogo ideológico, pois implica uma aceitação ou não-aceitação pessoal.

O valor felicidade está presente em quase todas as ideologias, mas com uma conotação diferente conforme essas mesmas ideologias. No Fascismo, por exemplo, é ordem e hierarquia; no Nazismo, o domínio do seu povo; no Comunismo, a igualdade social; na democracia, a liberdade.

Uma ideologia coerente pretende um projeto social possível. Os cri-

terios adotados para uma opção ideológica são valores em que impolítica ou explicitamente nos engajamos. A discussão ideológica tem a vantagem de nos tornar mais conscientes daquilo que implicitamente aceitamos. Mas tem seus limites insuperáveis, que são os valores. Um diálogo é possível se houver um universo de valores comuns. Como exemplo, o professor Nelson citou o Partido Social Democrata alemão, um partido com quase 110 anos de existência, que começou sob princípios marxistas, evoluindo e se transformando sob o peso de reflexões, especialmente as de Karl Popper, um dos principais filósofos políticos de nosso tempo, que analisando a teoria de Marx, principalmente suas previsões não confirmadas, concluiu: "As teorias, os projetos sociais devem servir à sobrevivência humana".

No Brasil, é diferente. A esquerda, aqui, estagnou em princípios marxista-stalinista, pensamentos superados pelo moderno socialismo europeu.

Sobre isso, desabafa o professor Nelson Gomes: "No Brasil, até a esquerda é subdesenvolvida". Em resposta a um participante, que indagou sobre as diferenças culturais entre Brasil e Europa, afirmou: "O brasileiro tem uma natureza comum com os demais povos: a ânsia pela liberdade". A final "não existe nenhum povo do mundo sem Governo e sem autoridade. Mas, liberdade, só os povos mais desenvolvidos".

E liberdade é o valor supremo de uma democracia. Somente nela que o cidadão, participa do processo político, disse o professor Otávio Bonfim, da UnB, em sua palestra sobre Grupos de Pressão e Opinião Pública. A participação de cada um depende do regime político.

Mas é uma minoria que se interessa por esse processo, uma minoria com inteligência mais aguçada, com a preocupação de saber e que influi naquilo que acontece. São esses que vão formar a opinião pública da maioria desinteressada.

A liderança é o elemento de maior influência na opinião pública. Mais do que qualquer meio de comunicação. Nenhum Governo pode se dar ao luxo de desprezar a opinião pública. Mesmo nas ditaduras, o Governo procura formar uma opinião pública favorável, para dela se utilizar em seu benefício.

Os Grupos de Pressão formam uma parcela de Opinião Pública. São organizações válidas e legais formadas para defender interesses, valendo-se de qualquer meio legítimo. Hoje, por exemplo, nos EUA, os grupos de pressão mais ativos são os ecológicos.

Finalizou o professor Bonfim: "Só o homem politicamente educado, questiona".

Homens politicamente educados, cujas reflexões influíram decisivamente na política do tempo em que viveram, certamente foram Augusto Comte, Karl Marx ou Tocqueville, que formaram o Pensamento Político do Século XIX, tema da palestra do prof. Pedro Antero. Ou Karl Popper.

Lenin, Mao Tse Tung, que fizeram a mudança política do pensamento político contemporâneo do nosso século, segundo a conferência do professor Carlos Henrique Cardim.

A evolução dos partidos políticos, no Brasil, é uma verdadeira "Desordem Tropical"

Ao professor Josaphat Marinho, da Universidade de Brasília, coube questionar o problema da Descentralização é Federalismo. A descentralização, afirma, é de ordem federativa. O federalismo varia do federalismo dualista ao federalismo cooperativo e financeiro dos dias presentes.

No pós-guerra de 1919, o governo diminuía a capacidade de estados e aumentaria o poder da União. No atual regime brasileiro, há uma centralização ampla. A competência da União é tão ampla, tão abrangente, que não sobra nenhum poder residual aos estados. O espírito da atual Constituição é centralizador. Se a descentralização é própria do federalismo, é necessário que se encontre um ponto de equilíbrio onde a centralização não desfigure o regime.

Esse problema não é encontrado, por exemplo, no governo da Inglaterra, que já em 1680 teve o poder real reduzido, enquanto via crescer a atuação do parlamento. Esse fato é narrado pelo Conselheiro da Embaixada inglesa, Michael Daly, que veio falar sobre o governo de seu país, participação indispensável ao estudo de governo comparado que teve lugar com as conferências sobre governo dos EUA, França, Inglaterra, Alemanha e Brasil.

Lembrou o Conselheiro Daly que a primeira constituição atuante no mundo moderno foi aplicada na Inglaterra republicana, em 1653. Desse tempo, vem ainda a decisão de manter um exército permanente, mesmo em tempo de paz. Em 1701, estabeleceu-se a sucessão protestante que proibia a qualquer católico ou a alguém casado com católico de suceder o trono britânico, que só poderia ser ocupado por um membro da Igreja Protestante. A mesma Igreja fornecia os chamados lordes espirituais. Somente com o fechamento dos mosteiros em 1911, os lordes nobres tornam-se maioria.

Atualmente, luta-se pela instituição de um sistema representativo proporcional no Parlamento, o que beneficiaria os partidos minoritários. Essa ideia tem sido repelida pelos dois maiores partidos.

As mulheres, na Inglaterra, votam desde o século XVIII. Mas, naquele tempo, só as que tinham mais

de 30 anos usufruíam desse privilégio. Essa não foi a única extravagância do século XVIII. Certa vez, um grupo de conspiradores resolveu explodir o parlamento, durante reunião em plenário. Casualmente, porém, o plano foi descoberto, sendo retirado alguns quilos de pólvora momentos antes de fazer voar o reduto dos políticos britânicos. Isso levou a um hábito que dura até os dias de hoje, o de revistar o parlamento antes de cada sessão, hábito que não evita que boa parte da população considere que os autores da ideia de explodir o parlamento estavam absolutamente certos.

O ministro Heinz S. Lewalter, acompanhado do Embaixador da Alemanha, falou sobre as garantias legais e os órgãos estatais da democracia, do estado de direito contra a arbitrariedade, numa abordagem do poder na Alemanha. Após a guerra, percebeu-se o excesso de poder Executivo. Hoje, com atribuições bastante restritas, o Presidente é eleito por uma Assembleia Federal, composta de 100 membros. O equilíbrio dos três poderes garante a democracia. A distribuição do poder no sentido horizontal assegura a liberdade, sem que ela corra riscos.

O Parlamento alemão é composto de 426 deputados eleitos, como salientou o ministro, pelo voto direto, livre e secreto. Os deputados não são isentos de penas. A imunidade parlamentar age apenas no sentido de que a atuação do deputado não seja prejudicada por chantagens.

Na Alemanha de hoje, trabalhadores discutem seus salários e condições de trabalho diretamente com os patrões, tendo ao lado todas as garantias legais. Na falta do acordo, a greve é votada, exigindo-se 60% para sua aprovação. É garantida pela Constituição, exceto a greve política, que é proibida.

Todos os esforços visam manter a proporcionalidade das leis de excepcionalidade, de modo a não prejudicar o poder estatal. Por suas tendências não democráticas, o partido de inspiração neo-nazista foi proibido na Alemanha. Há pouca recepção para o Partido Comunista. A tendência do voto alemão é para poucos partidos, em número de quatro, além do comunista.

No Brasil, ocorre o contrário. Houve sempre tendência para a pluralidade partidária, cuja evolução é

definida pelo Professor Orlando de Carvalho, em sua conferência sobre Partidos Políticos, como uma verdadeira "Desordem Tropical".

No início do Império, havia dois partidos: o Português e o Brasileiro. De 1837-1870, o mesmo número de partidos, só que agora transformados em Partido Conservador e Partido Liberal, uma réplica do sistema inglês e de caráter oligárquico. De 1870-1889, forma-se o Partido Republicano que vai até 1930. Converge para ele os outros partidos anteriores, pois "fora do qual não há salvação".

De 1930 a 1945 não houve partidos nacionais. No período seguinte, até 1965, formaram-se nada mais que 13 partidos. E, de 1966 em diante, diz o Professor Carvalho, "o mesmo eleitorado sustenta dois partidos com a mesma alegria". Diante disso, desabafa: "Não se entende política no Brasil".

Para o Professor, a evolução das oligarquias no Brasil é um fato não devidamente analisado, como, por exemplo, *Dores do Indaia, reduto inexpugnável do Barão de Indaia*, que até hoje governa essa cidade mineira. Só perdeu pouco antes de 1930, para um padre. Após aprendida a lição, tratou-se da criação de partidos políticos, em número de quatro, porém com a peculiaridade de pertencerem todos a família do Barão. Afinal, então, não haveria o perigo de repetir o "episódio do padre".

O Professor Orlando de Carvalho defendeu o voto do analfabeto, como ocorre na República Dominicana, onde o cidadão vota pelas cores e mergulha o dedo numa tina vermelha, cujo efeito dura 24 horas. Durante esse período, que é a duração da eleição, o dedo vermelho, sinal de que já votou, é exibido orgulhosamente. Na Índia, o analfabeto também vota e a eleição dura 15 dias.

O Partido garante o estado das mudanças sociais rápidas. Os líderes dos partidos da oposição deveriam receber como ministros de estado, como acontece na Inglaterra.

Afinal, a oposição é um órgão do Estado, útil ao governo. Complementa, afirmando, "Partido, só numa democracia".

Não existe política errada. Ela existe ou não existe

existiu dentro do quadro estatal. Lembrou as definições de Aristóteles, « Política destina-se ao bem comum » e de Santo Tomás de Aquino « Política, comunidade perfeita ».

O bem-estar reflete-se nos planos religioso, físico e social, este último predominantemente material e, portanto, temporal. Se o Estado não tende para o bem comum, não está fazendo política. Não existe política errada. Ela existe ou não existe. O Estado tem que ter, portanto, um ideal político.

Distinguiu, aqui, ideal de ideologia. A ideologia, sistema coerente de idéias, vai assumindo um caráter de flexibilidade e imperiosidade e se vol-

ta para o futuro. De caráter dogmático, tem um fim e, por isso, todas as ideologias sempre caem na utopia. O ideal, ao contrário, não tem um fim.

O ideal, ao contrário, não tem um fim. O ex-Ministro desenvolveu, em seguida, a definição de necessidade para, por fim, estabelecer a necessidade da política. No sentido filosófico, corresponde « a aquilo que não pode deixar de ser e, que sendo, não podia ser de outra forma ». « O Cometa », exemplificou, « passa, pode cair, todos falam que não gostam, ele vai cair, bagunçar o coreto. Mas não tem nada disso. O Cometa é algo tipicamente necessário, que não pode deixar de ser. A morte, há mil formas de morrer, mas todas representam uma sensação de vida. Petrólio... hoje

uma palavra comum na história... escolha sua morte num banho perfumado».

Necessidade no sentido real é aquela cujas configurações nós nos ocupamos. No sentido existencial é a maneira pela qual se atinge o necessário. E a política é necessária. «Fico espantado, (é muito difícil hoje alargar-se a espantar, mas eu fico espantado e acho muito bem alguém ficar espantado) com aqueles que falam em classe política». Não há classes políticas, para o Professor Afonso Arinos. A necessidade política como existencial é global, na sociedade. É inerente ao homem.

«Está encerrada a aula». (Graça Melo Gomes)

Jornalismo Político: A Opinião de Quem Entende

A censura e a liberdade de imprensa, as fontes de informação, a objetividade no exercício da profissão e a autocensura foram alguns dos temas abordados por cinco analistas políticos de renome nacional: Carlos Castello Branco, Carlos Chagas, Edison Lobão, Rui Lopes e Walder de Góes. Eles foram entrevistados pelos alunos de Técnica de Jornal e Periódico, disciplina do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília que para este trabalho, dedicaram-se à leitura sistemática das colunas dos quatro primeiros jornalistas citados e do livro *O Brasil do General Geisel*, de Walder de Góes.

Sobre a função do jornalismo político, Edison Lobão afirma que «sou dos que acreditam na força criativa da imprensa e na sua capacidade geradora de acontecimentos, sobretudo políticos». Já para Walder de Góes, o comprometimento com a objetividade é fundamental, pois «o jornalismo é uma atividade final que não deve ser utilizada para criar fatos políticos, mas para dar opções de informação e análise à opinião pública».

Considerando a tarefa do jornalismo político a mais árdua da profissão, Rui Lopes acredita que «é o setor do jornalismo que sofre mais no contingenciamento do regime principalmente porque, a partir de 1964, as decisões deixaram de ser políticas para serem, estritamente, militares». Carlos Chagas também vê grandes dificuldades no exercício da profissão, citando como exemplos a falta de liberdade, os laços de amizade entre o repórter e a fonte, o engajamento político e a autocensura.

O acesso às fontes de informação é também um obstáculo ao exercício do jornalismo político. Carlos Castello Branco pensa que, para o repórter que se inicia profissionalmente, esse problema se agrava, já que «atribui a confiança das fontes à experiência do jornalista e à maneira pela qual ele desenvolve seu trabalho».

CARLOS CHAGAS

«Para se fazer uma boa reportagem política deve-se isolar o ponto de vista pessoal, pois reportagem é bem diferente de uma coluna onde podemos colocar nossa opinião», afirmou o jornalista Carlos Chagas, diretor da sucursal de O Estado de S. Paulo, e responsável por colunas políticas distribuídas por 20 jornais do Brasil.

Segundo ele, há uma distorção do jornalista, principalmente nos últimos tempos, ao tentar salvar o país através da reportagem política. E exemplificou: «Quando se quer fazer uma matéria com o Figueiredo, durante a conversa não cabe discordar e brigar só porque nossos pontos de vista são diferentes. Estamos lá para ouvir o que o Figueiredo tem a dizer».

Com uma experiência de 22 anos, Carlos Chagas possui bastante credibilidade e uma posição já consolidada dentro do jornalismo político, o que não o isenta de observar problemas no exercício da profissão.

O maior perigo do jornalismo atual, segundo Carlos Chagas, é o fato das empresas se acomodarem e em consequência os jornalistas fazerem a autocensura. «E nestas circunstâncias que os jornais acabam fazendo autocensura». No entanto, ressaltou que no *O Estado de S. Paulo* não se faz autocensura. Tudo é publicado. «Muitas vezes publicamos uma matéria afirmando determinada posição, e ao seu lado, ou mesmo no editorial, pode-se afirmar justamente o contrário».

O fato de estarmos vivendo um processo de abertura não permite dizer que as fontes de informações se fechem em definitivo. «Elas ficam amuadas, mas nunca vai acontecer de se fecharem, inclusive porque há o interesse de divulgar os pensamentos e opiniões».

Num regime normal, acentua Carlos Chagas, raramente haveria a possibilidade de não se creditar informações à fonte. No entanto, no regime atual, todos têm medo de se comprometer, e acabam abusando demais das informações em off, «tornando-se o exagero que que conhecemos. Cabe ao jornalista — prossegue — ou aceitar a regra do jogo e dar a notícia sem citar nomes, ou ficar revoltado e não dar nenhuma informação».

«No governo Médici, lembra Carlos Chagas, houve momentos em que os jornalistas não tinham acesso a quase nenhum ministro. Para superar essa situação foi necessário usar a imaginação: Eles fechavam uma porta, nós abríamos outra».

Para ele, as melhores informações são conseguidas não nos ambientes de trabalho, e sim nas festas, onde «encontramos pessoas que nos dão conhecimento de muitos fatos, que num ambiente formal jamais seriam ditos».

O engajamento político dos jornalistas e os laços de amizade com as fontes são outros problemas enfrentados na profissão. Carlos Chagas diz que atualmente a tendência é ficar sempre do lado do MDB já que vivemos num regime não democrático. «E isso é muito ruim porque a possibilidade de se enganar é muito grande. Só numa democracia os jornalistas políticos

podem se manter neutros e enfocar os vários pontos de vista. Os laços de amizade fazem com que o jornalista se sinta constrangido em afirmar coisas que possam causar ressentimentos aos amigos».

Carlos Chagas, no desfecho de suas colunas, geralmente, costuma colocar um certo pessimismo quanto ao momento político. Perguntado sobre isto, disse que realmente há um pouco de ceticismo, de pessimismo e também é uma forma de isenção. O motivo disto, diz ele, «é que já houve outras tentativas de democratizar o país e todas não foram adiante...».

CASTELO BRANCO

Carlos Castello Branco, colunista do *Jornal do Brasil* e de mais jornais brasileiros, não considera sua coluna como um termômetro político para os leitores. Ao contrário, ele procura tornar inteligível o fato político, dentro do contexto geral. Pela sua experiência — 16 anos escrevendo a coluna — Castello acredita ter obtido algum êxito no seu trabalho, tanto pelo volume de correspondência que recebe de leitores, contendo críticas e sugestões ao seu trabalho, quanto pela ausência de críticas por parte da empresa na qual trabalha.

Ele começou na profissão como repórter de polícia e passou por todas as editorias. Em janeiro de 1962, a convite de Armando Alves, Alberto Diniz e Mauro Faustino, começou a escrever a Coluna do Castello, na *Tribuna da Imprensa* e já em julho do mesmo ano, estava no *Jornal do Brasil*.

Para Castello, os melhores períodos de trabalho são aqueles em que o momento político se configura mais difícil. Como exemplo, ele citou a época, de 13 de dezembro de 1968 a 1º de outubro de 1969, quando o Congresso foi fechado. «Imaginem vocês fazer um trabalho de cobertura política, continuo, com a «Casa» fechada. E eu, estava determinado a manter o assunto. Foram meses de muito trabalho mas, eu me sentia recompensado em conseguir manter o assunto».

Com toda a sua experiência na área do jornalismo político, Castello acha que a melhor formação para o jornalista da área política é o Congresso. «Apesar do Congresso estar agora sem autonomia, continua sendo a melhor escola, pois a elaboração política, ainda é feita lá dentro. Mantém-se o contato pessoal com os políticos que têm interesse em se comunicar, em aparecer. E esta é a nossa mercadoria. Hoje, sem autonomia, o Congresso é uma fonte secundária, mas o repórter não tem mais onde ir».

Para Castello, as fontes de informação, atualmente, são de difícil acesso ao repórter que se inicia profissionalmente. Ele atribui a confiança das fontes à experiência do jornalista e à maneira pela qual ele desenvolve o seu trabalho. Ele não se considera melhor informado que outros jornalistas como Walder de Góes ou Carlos Chagas.

Suas fontes são obtidas principalmente na área dos executivos da política e dos militares. «Mantenho contato com esse pessoal, em nível social: nós nos encontramos

em jantares, recepções. As vezes, as pessoas se esquecem da minha situação de jornalista e falam demais. Então eu me vejo na obrigação de avisá-los quem sou. Mas sempre procuro utilizar as informações obtidas, sem criar problemas para as minhas fontes. Prefiro, por exemplo, expor uma situação, analisar os fatos, do que citar nomes».

Respondendo sobre quais os critérios usados para selecionar as informações que devem ou não chegar ao conhecimento do público, Castello disse que são os critérios essencialmente pessoais. Relacionam-se com a imparcialidade, pois eu não sou e nunca fui engajado politicamente. Nunca tive vínculo nenhum, com partidos políticos».

Apesar de sua integridade jornalística, Carlos Castello Branco já sofreu pressões e mesmo ameaças de morte. «Na época da prisão do jornalista Wladimir Herzog, essas pressões aumentaram, e recebi várias cartas de ameaças, com desenhos de bonecos enforcados e legendas, dizendo que eu seria o próximo. Essas cartas, eram muito mal escritas. Redigidas talvez por algum major ou capitão. Mas, depois da morte do meu filho, nunca mais recebi nenhum tipo de ameaça», conclui, Castelinho, como é chamado carinhosamente pelos amigos.

RUI LOPES

«Se tivermos em mente que a liberdade de imprensa não é o direito do dono da empresa publicar o que lhe convém, mas o direito do cidadão de ser informado sobre os problemas que lhe dizem respeito, temos que concordar que a liberalização dos órgãos de imprensa, feita por Geisel, foi uma condição básica para a formação de uma consciência nacional, a respeito dos problemas atuais». Essa opinião é do colunista político da *Folha de São Paulo*, Rui Lopes, sobre o papel da imprensa em geral, e do jornalismo político em particular, como um instrumento de aceleração do processo de abertura política no país.

Para ele, a liberalização dos órgãos de imprensa da censura foi feita pelo presidente Geisel, logo ao tomar posse e, hoje é um processo irreversível. «Geisel furou a barreira e agora é muito difícil tapá-la», disse Rui Lopes, lembrando que há 4 anos atrás, «com as ordens da censura sobre a mesa era impossível acontecer as dissidências como o caso de Paulo Maluf em São Paulo ou a criação de uma Frente Ampla de Redemocratização».

Mesmo assim, ele continua encarando como árdua a tarefa do jornalista político. «Que é o setor do jornalismo que sofre mais no contingenciamento do regime», principalmente porque a partir de 1964 as decisões deixaram de ser políticas para ser estritamente militares. «O poder também não é político, o poder não discute, e com isso, o trabalho do jornalista perdeu muito, até na participação das decisões políticas».

Brasilienses Reivindicam Direito ao Voto

Não tem mais sentido o argumento de que a população de Brasília não pode votar, por que aqui se acha instalada a capital da República. A criação de um órgão que reúna todas as entidades de classe, para encaminhar o movimento pela representação política em Brasília, legitimamente eleita pelo voto popular, vai além dessa imposição de evitar tumultos junto ao Poder.

Essa é a opinião dos líderes de classe que participam da comissão provisória, formada durante o atestado público, dia 20 de abril passado. «Tal pensamento, hoje, não mais subsiste para uma população que ultrapassa a cifra de 1 milhão e que há 18 anos vive marginalizada do direito de voto, mesmo sendo obrigada, constitucionalmente, a alistar-se como eleitor», disse o advogado Maurício Correa, da Associação Comercial do Distrito Federal — ACDF.

Para Mauricio Correa, «é necessária uma voz que se levante para criticar o Governo local, e essas críticas fazem parte da composição do mecanismo democrático e funcionam como peças indispensáveis para o equilíbrio da balança do jogo político».

Ele mostrou ainda indignado com certos atos do atual mandatário do Distrito Federal, que colocou, sem consultar ninguém, o nome de seu filho, Rogério Pithon Farias, no Parque Recreativo, que em sua opinião «é uma obra faraônica questionável, quando a população precisa de água, educação, transporte coletivo, saúde e policiamento».

O POVO SABE VOTAR

Também o presidente da Associação Brasileira de Imprensa — ABI, do Distrito Federal, Pompeu de Souza, se mostrou inconformado com a marginalização da população de Brasília e generalizou: «O povo brasileiro tanto sabe votar que não elegeu o poder que está aí. Ao que me consta, o brasiliense também é um brasileiro».

Pompeu lembrou ainda que a participação dos sindicatos num órgão pró-representação política é

proibida por lei, mas isso, no entanto, não impede que outras entidades de classe se associem.

Olimpyo Gonçalves, presidente da Associação dos Professores do Distrito Federal — APDF — outra entidade que está apoiando o movimento, acredita que «somente uma representatividade legitimamente democrática, poderá resolver o amontoado de problemas que caracterizam o abandono em que vive a população da capital, na área de saneamento básico para as cidades-satélites, transporte, escolas e saúde».

Num desabafo, ele disse: «O povo precisa ter vez. A gente vai aceitando, aceitando, mas um dia as coisas precisam ser alteradas» e, para promover essa mudança, é necessário que o povo escolha seus mandatários, «pois somente assim poderemos exigir que eles cumpram o prometido ou, senão, poderemos depô-los».

**MAS FALTA QUEM
DE A PARTIDA**

Nada mais aconteceu, no entanto, depois do dia 20 de abril passado, quando foi feito o Ato Público, que formalizou as lutas pela representatividade política. Naquele dia, ficou formada uma Comissão Provisória, composta por diversas entidades de classe, que deveria encaminhar o movimento.

«Falta apenas quem dê a partida», comentou o representante, na comissão, do Instituto dos Arquitetos de Brasília, que preferiu não ser citado. Embora algumas entidades já tenham designado seus representantes e haja expectativa, a comissão falhou num ponto: «A forma como foi criada não dizia como fazer as reuniões», um simples detalhe que está emperrando, de certa forma, o movimento.

«Durante o ato público, as discussões previam a promoção de uma série de eventos sobre os problemas da cidade, além de voltar as discussões para a população da periferia, ou retomá-las através de problemas levantados pela própria comunidade», lembrou o representante do IAB.

Uma das propostas seria levantar as discussões sobre o movimento, a partir de representantes dos moradores, como é o caso da mini-prefeitura da SQS 303. «Mas a demora», observou, «poderá provocar o esvaziamento da comissão, pois não há quem esteja com vontade de tomar a primeira iniciativa e, os que estão dispostos não são muito representativos e têm receio de serem acusados de estarem monopolizando as ações».

A única saída para que o movimento não se esvazie, segundo o representante do IAB, é as pessoas que assinaram o documento do ato público se reunirem e montar um plano de trabalho daqui para frente.

A importância dessa luta pela representação política no Distrito Federal é criar um canal que leve ao Governo a insatisfação da população. Nesse sentido, o representante do IAB disse: «A

população tem externado suas insatisfações de forma desordenada. E preciso, portanto, que haja um canal que leve a esse Governo o repúdio a certas obras que, na verdade, não são prioritárias». Ou

seja, «a representação política seria uma forma de fiscalizar o Governo e manifestar suas aspirações».

Essa é também a proposta da Associação dos Sociólogos de Brasília — ASDF — criada recentemente. Ela defende a necessidade de ampliar as discussões para todos os setores da população, principalmente os da periferia. «A classe de baixa renda é a mais interessada nessa luta, pois constitui a maior parte da população», disse o representante da ASDF na Comissão Provisória. «São as famílias da Ceilândia, por exemplo, que moram em casa de chão batido, sem água, nem esgoto, que sentem mais falta de um canal de reivindicação que possa expressar seus interesses».

Todos os entrevistados concordaram com a necessidade de essa luta ser levada coletivamente, com a participação do maior número de entidades, «pois esse processo não deve ser lento e gradual, já que precisamos de uma representação política em todos os níveis», argumentou o membro da ASDF.

Representação Política: Histórico

Um projeto de lei reivindicando a criação de um órgão de representação política para o Distrito Federal, apresentado pelo deputado Lidoivino Fanton (MDB-RS) deverá ser analisado pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara. Além desta mais cinco tentativas nesse sentido foram feitas, mas não tiveram o mesmo destino: depois de debatidas, foram rejeitadas e arquivadas. O projeto de Fanton, que recebeu o número 2.305/76, também poderá seguir esse mesmo rumo, pois, se encontra desde 6 de junho do ano passado, aguardando parecer na Comissão.

Segundo o deputado Fanton, o seu projeto, inicialmente, determina a criação, organização e funcionamento, de Institutos de Estudos políticos — órgãos de formação de líderes e instrumentos juridicamente próprios para o amplo debate de temas políticos, econômicos e sociais, principalmente por parte da juventude universitária em Brasília. «Este seria um passo para a representação política que todos almejam», disse ele.

RETROSPECTIVA CONSTITUCIONAL

Diz a Constituição Federal, no seu artigo primeiro que «o Brasil é uma República Federativa constituída sob o regime representativo pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios». Portanto, o Distrito Federal, é, sem dúvida, uma unidade federada.

A Constituição de 46, além de conservar este princípio, estabelecia no seu artigo 26, que o Distrito Federal será administrado por um prefeito de nomeação do presidente da República e terá câmara eleita pelo povo, com funções legislativas. E a mais longe, pois declarava no parágrafo quarto do mesmo artigo: «Ao Distrito Federal cabem os mesmos impostos atribuídos aos Estados e aos municípios». Assim, uma representação política para o Distrito Federal tem sua razão de ser na tradição do Direito Constitucional Brasileiro.

No entanto, deve-se à Constituição de 67 e à de 69 a existência de um órgão representativo político para o DF. Esta carta, no seu artigo 17, diz que «Lei disporá sobre a organização administrativa e Judiciária do Distrito Federal, cabendo ao Senado Federal discutir e votar projetos de lei sobre matéria tributária e orçamentária, serviços públicos e pessoal da administração do Distrito Federal».

Ainda conforme esse dispositivo constitucional o governador do DF é nomeado pelo presidente da República. A atual constituição tira à capital do Brasil a possibilidade de ter a sua própria representação política, a menos que, seu próprio texto seja reformado» pela maioria absoluta dos votos do total dos membros do Congresso Nacional».

O deputado Ladirino Fanton acredita que a presença, no DF, de um órgão de direção e deliberação partidária, permitirá a criação paralela de órgãos de cooperação partidária: Departamento Estudantil, Feminino, Trabalhista, Institutos de Estudos Políticos e outros, na própria Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Ele conclui, dizendo: «Nada mais natural e legítimo que seja dado ao brasileiro ter sua própria representação política. Não há nenhuma razão de ordem jurídica ou política de justificar sua exclusão do processo de determinação do seu próprio destino».